

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência
(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 918/2022-PGJ, DE 25.2.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 835/2022-PGJ, de 22.2.2022, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de março de 2022, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
5 e 6.3.2022	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati	98478-2027

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
5 e 6.3.2022	PJ de Batayporã	Murilo Hamati Gonçalves	99241-5600

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 928/2022-PGJ, DE 3.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Naviraí, Daniel Pivaro Stadniky, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca no período de 7 a 11.3.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 892/2022-PGJ, DE 25.2.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio compreendido no período de 6.8.2016 a 4.8.2021, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo SAJ nº 09.2022.00001869-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 934/2022-PGJ, DE 3.3.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Substituta Janaina Scopel Bonatto 1 (um) dia de compensação no dia 25.2.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no dia 7.11.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 935/2022-PGJ, DE 3.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Substituta Janaina Scopel Bonatto 2 (dois) dias de férias compensatórias nos dias 3 e 4.3.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2021 a 6.1.2022, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 936/2022-PGJ, DE 3.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Gerardo Eriberto de Moraes 2 (dois) dias de compensação nos dias 26 e 27.5.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 9 a 16.8.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 891/2022-PGJ, DE 25.2.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Daniel do Nascimento Britto 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio compreendido nos períodos de 28.1.2005 a 7.12.2007 e 14.4.2018 a 2.6.2020, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo SAJ nº 09.2022.00001928-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 937/2022-PGJ, DE 3.3.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes 2 (dois) dias de compensação nos dias 24 e 25.3.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 8 a 15.7.2019 e 25.11 a 2.12.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 938/2022-PGJ, DE 3.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro 3 (três) dias de compensação no período de 11 a 13.4.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 7 a 13.1.2021 e 14 a 22.4.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 939/2022-PGJ, DE 3.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja 2 (dois) dias de compensação nos dias 7 e 8.4.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 20 a 27.5.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 940/2022-PGJ, DE 4.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Substituta Mayara Santos de Sousa para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Naviraí, no julgamento do Processo nº 0000032-77.2011.8.12.0044, no dia 8.3.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 941/2022-PGJ, DE 4.3.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5464/2021-PGJ, de 16.12.2021, que estabeleceu a Escala de Plantão das Procuradorias de Justiça, referente ao ano de 2022, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS (CEL.: 98478-2059)
14 (19h01min) a 21.3.2022 (11h59min)	Sergio Luiz Morelli
16 (19h01min) a 23.5.2022 (11h59min)	Edgar Roberto Lemos de Miranda

• passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS (CEL.: 98478-2059)
14 (19h01min) a 21.3.2022 (11h59min)	Edgar Roberto Lemos de Miranda
16 (19h01min) a 23.5.2022 (11h59min)	Sergio Luiz Morelli

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 942/2022-PGJ, DE 3.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Naviraí, Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca nos dias 3 e 4.3.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 943/2022-PGJ, DE 4.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Bonito, João Meneghini Girelli, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Naviraí no período de 14 a 31.3.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 944/2022-PGJ, DE 4.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Porto Murtinho no dia 4.3.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 945/2022-PGJ, DE 4.3.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Sergio Luiz Morelli 4 (quatro) dias de compensação no período de 8 a 11.3.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 3 a 8.11.2021 e 6 a 13.12.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 946/2022-PGJ, DE 4.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Sergio Luiz Morelli 4 (quatro) dias de férias compensatórias no período de 14 a 17.3.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2018 a 6.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 947/2022-PGJ, DE 4.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura 1 (um) dia de compensação no dia 4.3.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 23 a 30.10.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 948/2022-PGJ, DE 4.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Claudio Rogerio Ferreira Gomes 5 (cinco) dias de compensação no período de 21 a 25.3.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 21 a 28.9.2020, 9 a 14.12.2020 e 7 a 11.1.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 950/2022-PGJ, DE 4.3.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar pública, para todos os efeitos legais, a requisição do Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, para o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger, sem prejuízo de suas funções, atuar como membro colaborador da Comissão de Enfrentamento da Corrupção, a contar de 4.3.2022, conforme a Portaria CNMP-PRESI nº 52, de 3.3.2022, publicada no Diário Oficial da União, DOU, edição 43, de 4.3.2022, seção 2, p. 50.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 951/2022-PGJ, DE 4.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Paranaíba, Leonardo Dumont Palmerston, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia, a partir de 14.3.2022, até ulterior deliberação; e revogar, a partir de 7.3.2022, a Portaria nº 1669/2021-PGJ, de 18.5.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 952/2022-PGJ, DE 4.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Água Clara, Felipe Almeida Marques, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Ribas do Rio Pardo no dia 23.2.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça George Zarour Cezar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 953/2022-PGJ, DE 4.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 32ª Zona Eleitoral no dia 23.2.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça George Zarour Cezar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 954/2022-PGJ, DE 4.3.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Bonito, João Meneghini Girelli, para, sem prejuízo de suas funções, participar das audiências na 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Campo Grande, em regime de mutirão, nos dias 8, 9 e 10.3.2022, nos termos da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 955/2022-PGJ, DE 4.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio compreendido nos períodos de 15.1.1968 a 16.2.1970 e 23.2.2018 e 21.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00002049-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 957/2022-PGJ, DE 4.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio compreendido nos períodos de 19.8.1983 a 30.6.1985 e 21.12.2017 a 5.2.2021, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00002024-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 958/2022-PGJ, DE 7.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Thalys Franklyn de Souza e George Zarour Cezar para, sem prejuízo de suas funções, representarem o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, respectivamente nos dias 7 e 8.3.2022 e nos dias 10 e 11.3.2022, na composição da banca examinadora do 8º Concurso Público de Provas e Títulos para a carreira de Delegado de Polícia, na fase II, Prova Oral.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 970/2022-PGJ, DE 7.3.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha a participar do webinar “Dia Internacional da Mulher: o que temos a comemorar?”, a ser realizado pela Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica contra a Mulher, Copevid, juntamente com o Ministério Público de Goiás, no dia 8.3.2022, no período matutino.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 983/2022-PGJ, DE 7.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Conceder à 1ª Promotora de Justiça de Naviraí, Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, licença integral para frequentar curso de pós-graduação *stricto sensu*, programa de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com prejuízo de suas funções, pelo prazo de 6 (seis) meses, a partir de 7.3.2022, nos termos do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 1/2016-CSMP, de 20.9.2016 (PGA nº 09.2022.00001333-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 988/2022-PGJ, DE 7.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 9.3.2022, a Portaria nº 871/2022-PGJ, de 24.2.2022, que autorizou a cedência da servidora Marina Borges Soares, ocupante do cargo em comissão de Assessora de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, ao Conselho Nacional do Ministério Público.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 931/2022-PGJ, DE 3.3.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 7/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Requisitante – Thaís da Silva Rodrigues, Chefe de Núcleo de Projetos; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia; 4) Fiscal Técnico – Angelo Maia Marcelo Pirani, Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia; 4.1) Suplente – Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos, Chefe da Divisão de Suporte de Redes (Processo SAJ nº 09.2022.00000787-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 1000/2022/PGJ, DE 8.3.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Jonise Rodrigues Vieira, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 7.1 a 7.3.2022, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c artigo 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1001/2022/PGJ, DE 8.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Jonise Rodrigues Vieira, por meio da Portaria nº e-1717/2021-PGJ, de 17.12.2021, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, que seriam usufruídas no período de 7 a 16.1.2022, a serem usufruídas no período de 8 a 17.3.2022, em razão de licença para tratamento de saúde.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-127/2022/PGJ, DE 10.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Anderson Pinheiro Mariano, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 15 a 24.1.2022, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c artigos 19, inciso II, alínea “c”, e 54, inciso II do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-128/2022/PGJ, DE 10.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Anderson Pinheiro Mariano, por meio da Portaria nº e-1134/2021-PGJ, de 27.9.2021, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, que seriam usufruídas no período de 24.1 a 2.2.2022, a serem usufruídas no período de 25.1 a 3.2.2022, em razão de licença para tratamento de saúde.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-203/2022/PGJ, DE 7.3.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Glauce Ruas Lagoas da Silva, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 22.5.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.5 a 1º.6.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-204/2022/PGJ, DE 7.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1385/2021-PGJ, de 10.11.2021, que concedeu férias ao servidor Ewerton Cardoso da Silva, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 4 a 13.7.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 6 a 15.6.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-207/2022/PGJ, DE 7.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Priscilla Espindola Cardoso, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.8.2022 e de 9 a 18.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 7 a 16.6.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-208/2022/PGJ, DE 7.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-52/2022-PGJ, de 25.1.2022, que concedeu férias à servidora Juliana Teixeira dos Santos, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas no período de 20.9 a 9.10.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 18.5.2022 e de 13 a 22.10.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-209/2022/PGJ, DE 7.3.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Nadson Matheus Borges, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 13 a 22.9.2022 e de 9 a 18.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 26.4 a 5.5.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-210/2022/PGJ, DE 7.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1473/2021-PGJ, de 16.11.2021, que concedeu férias à servidora Tonya Roberta Pettengill Novaes, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas no período de 1 a 10.6.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas no período de 2 a 11.5.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-212/2022/PGJ, DE 7.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Priscilla Rodrigues de Paula Santos, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.6.2022 e de 9 a 18.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.6.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-217/2022/PGJ, DE 7.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor João Augusto Grecco Pelloso, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 11 (onze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 27.1 a 6.2.2022, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c artigos 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-218/2022/PGJ, DE 7.3.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Munira Ali Zahra, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 24.1 a 2.2.2022 e de 19 a 28.9.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 24.2 a 5.3.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-219/2022/PGJ, DE 7.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1162/2021-PGJ, de 6.10.2021, que concedeu férias ao servidor João Guilherme de Oliveira Almeida, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 20 a 29.6.2022 e de 16 a 25.11.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 25.4 a 4.5.2022 e de 16 a 25.8.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL
EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 02/2022

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2021.00005314-3

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Diretoria de Inteligência da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul (DINTEL), representada por seu Diretor de Inteligência, Ten.-Cel. QOPM Franco Alan da Silva Amorim

Amparo legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 21 de fevereiro de 2022

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Balcão	1
2	Armário de aço	1
3	Conjunto de baia	2
4	Mesa retangular	2
5	Estação de trabalho	2
TOTAL DE ITENS		8

**EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 04/2022**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2021.00006809-1

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Diretoria de Inteligência da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul (DINTEL), representada por seu Diretor de Inteligência, Ten.-Cel. QOPM Franco Alan da Silva Amorim

Amparo legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 21 de fevereiro de 2022

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Aparelho de ar-condicionado	5
TOTAL DE ITENS		5

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 03/2022

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2021.00006711-5

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatário: Delegacia de Polícia Civil de Rio Verde de Mato Grosso/MS, representada por seu Delegado de Polícia, Gabriel Cardoso Gonçalves Barroso

Amparo legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 21 de fevereiro de 2022

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Ar condicionado	1
TOTAL DE ITENS		1

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0003/2022/43PJ/CGR**

A 43ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Notícia de Fato no Inquérito Civil abaixo discriminado, que pode ser integralmente acessado, via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000920-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Águas Guararoba S.A., inscrita no CNPJ 04.089.570/0001-50

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no serviço público de fornecimento de água tratada aos consumidores residentes no bairro Jardim São Conrado, consistentes na intermitência da prestação do serviço e na baixa qualidade da água fornecida.

Campo Grande/MS, 04 de março de 2022.

LUIZ EDUARDO LEMOS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

ANASTÁCIO

NÚMERO MP: 06.2020.00000617-9**EDITAL N. 0006/2022/PJ/ANC**

A Promotoria de Justiça de Anastácio torna pública a celebração do a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC nº 0005/2022/PJ/ANC, nos autos do Inquérito Civil N. 06.2020.00000617-9, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio (MS), e cujos autos também podem ser acessados via *Internet*, no endereço

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: Ministério Público Estadual ;

Compromissário: Carlos Henrique Klebis;

Conteúdo do TAC: O COMPROMISSÁRIO, proprietário do imóvel inscrito no CAR 0000135, a fim de sanear as irregularidades constantes d Laudo Nugeo n. 0157/20 do Programa DNA Ambiental, assume a obrigação de apresentar (em 60 dias) e executar o PRADe visando a recuperação das áreas degradadas e também a tomada de medidas para prevenção conservação do solo; a prescinbilidade do PRADA será comprovada mediante apresentação de laudo de regularidade ambiental atestado por profissional devidamente habilitado; a titulo de indenização ambiental, o COMPROMISSÁRIO comprometeu-se a doar R\$ 5.000 (cinco mil reais) ao Grêmio Arara Azul do Batalhão de Policia Militar.

Anastácio, 04 de março de 2022.

MARCOS MARTINS DE BRITO

Promotor de Justiça

MARACAJU

EDITAL Nº. 0002/2022/01PJ/MCJ

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

Inquérito Civil n. 06.2021.00001358-4.

Requerente:Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Verificar possível lesão ao direito do consumidor na falta de implementação da rede de esgoto no Loteamento San Raphael em Maracaju/MS.

Maracaju-MS, 4 de março de 2022.

SIMONE ALMADA GÓES

Promotora de Justiça



NAVIRAÍ

EDITAL Nº 0006/2022/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro ou no site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000225-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia do desvio de recursos públicos por ocasião da execução do Termo de Fomento n 01/2017, firmando pelo Município de Naviraí com o Clube Esportivo Naviraense em 19/04/2017.

Naviraí, 08 de março de 2022

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ELDORADO

06.2020.00001143-8**EDITAL Nº 0002/2022/PJ/EDD**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, firmado nos autos de Inquérito Civil n. 06.2020.00001143-8 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade, podendo ser acessado em sua íntegra no link <<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>>

Área de atuação: Patrimônio Público e Social

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça de Eldorado/MS

Compromissário: Sabor & Art Cozinha Industrial LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n. 01.564.322/0001-26, com sede na Avenida Pioneiro Antônio Ruiz Saldanha, n. 778, Zona 41, CEP n. 87.065-290, Maringá/PR, representada por Lucas Panisson, RG n. 3.887.350-SSP/SC, CPF n. 007.500.849-10, residente na Rua João Bernardino da Rosa, n. 353, casa 60, Bairro Pedra Branca, Palhoça/SC.

Objeto: Descumprimento das cláusulas do contrato administrativo n. 144/2021/SEJUSP/MS firmado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a empresa Sabor e Art Cozinha Industrial Ltda.

Obrigações: CLÁUSULA SEGUNDA: O compromissário assume as obrigações descritas nas cláusulas que seguem, sob pena de incidências das sanções concomitantemente dispostas, sem prejuízos da imposição de obrigação de fazer mediante ações judiciais próprias. CLÁUSULA TERCEIRA: O compromissário reconhece que descumpriu o objeto do contrato n. 114/2017, o que ocasionou no fornecimento de alimentação em quantidade e/ou qualidade aquém da previsão contratual aos presos custodiados na Delegacia de Polícia de Eldorado. CLÁUSULA QUARTA: O compromissário se compromete, a título de indenização civil pelo ilícito cometido, pagar a quantia de R\$ 25.987,00 (equivalente à 10% do valor do contrato) à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – MS. CLÁUSULA QUINTA: O pagamento, será feito em 4 (quatro) parcelas mensais iguais e sucessivas de R\$ 6.496,75 (seis mil quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos) cada, com vencimento no dia 10 de cada mês, após a homologação do presente Compromisso de Ajustamento de Conduta pelo Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), observando-se os termos do art. 41 da Resolução PGJ 15/2007; PARÁGRAFO PRIMEIRO: Após a homologação acima referida, esta Promotoria de Justiça notificará o compromissário das datas de vencimento de cada parcela para pagamento. PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de atraso no pagamento, incidirá multa de 2% (dois por cento), mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor devido.

Eldorado/MS, 07 de março de 2022

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS

Promotor de Justiça

**PORTO MURTINHO**

EDITAL N. 0007/2022/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de Maio, nº 444, Centro, CEP:79280-000, Porto Murtinho/MS.

Inquérito Civil n. 06.2022.00000142-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wanderley Rodrigues da Costa.

Assunto: Apurar o desmatamento de 17,97 hectares na Fazenda Minha Mãe, em Porto Murtinho, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 234/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Porto Murtinho, 23 de fevereiro de 2022.

JANAÍNA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça Substituta

EDITAL N° 0008/2022/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de Maio, nº 444, Centro, 79280-000, Porto Murtinho/MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000136-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Genesio Mazzochin, Leandro Mazzochin, Marcos Mazzochin

Assunto: “Apurar desmatamento de 12,63 hectares na Fazenda Água Limpa, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 236/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 002/2º/PEL/4ªCIA BPMA/2022”.

Porto Murtinho/MS, 23 de fevereiro de 2022.

JANAÍNA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça Substituta

EDITAL N° 0009/2022/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, nº 444, Centro, CEP 79280-000, em Porto Murtinho/MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000128-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: N. C. R.

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 5,68 hectares em área de Reserva Legal Proposta, na Fazenda Tarumã, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Laudo Técnico nº 378/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2021).”

Porto Murtinho/MS, 23 de fevereiro de 2022.

JANAÍNA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça Substituta

**EDITAL Nº 0010/2022/PJ/PTM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, nº 444, Centro, CEP:79280-000, Porto Murtinho/MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000049-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Caroline Cassol Fracasso, Charles Fracasso, Heliana Faria Ribeiro Fracasso e Manoel Alcides Fracasso Júnior.

Assunto: “Apurar desmatamento de 9,17 hectares em área de Reserva Legal proposta, na Fazenda Monte Sinai, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 381/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).”

Porto Murtinho/MS, 23 de fevereiro de 2022.

JANAÍNA SCOPEL BONATTO
Promotora de Justiça Substituta

EDITAL Nº 0011/2022/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, nº 444, Centro, CEP 79280-000, em Porto Murtinho/MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000027-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Daniel Machado Moura

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da exploração de 42 árvores de essências não protegidas e o corte de 16 árvores da essência Aroeira, na Fazenda Santa Maria do Rio Branco, em Porto Murtinho, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme o Relatório de Fiscalização Ambiental n. 56/2ºGPMA/BPMA/2021 e Relatório de Fiscalização Ambiental n. 58/2ºGPMA/BPMA/2021 respectivamente.”

Porto Murtinho, 23 de fevereiro de 2022.

JANAÍNA SCOPEL BONATTO
Promotora de Justiça Substituta

EDITAL Nº 0012/2022/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n. 444, Centro, CEP: 79280-000, Porto Murtinho.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000024-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Abílio Rodrigues da Costa

Assunto: “Apurar desmatamento de 2,07 hectares em Área de Preservação Permanente, na Fazenda Bela Vista II, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 379/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental)”

Porto Murtinho/MS, 23 de fevereiro de 2022.

JANAÍNA SCOPEL BONATTO
Promotora de Justiça Substituta

**EDITAL Nº 0013/2022/PJ/PTM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de Maio, nº 444, Centro, CEP: 79280-000, Porto Murtinho/MS.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001543-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Márcio Antônio Dias Napoli

Assunto: “Apurar desmatamento de 43 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Porto Seguro, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 58/2ª PEL/4ª CIA/BPMA/2021.”

Porto Murtinho/MS, 23 de fevereiro de 2021

JANAÍNA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça Substituta

EDITAL Nº 0014/2022/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n. 444, Centro, CEP: 79280-000, Porto Murtinho/MS.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001541-6

Requerente: Ministério Público Ambiental.

Requerido: Percio Pitta.

Assunto: “Apurar desmatamento de 1,71 hectares em Área de Preservação Permanente e de 14,47 hectares em Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, na Fazenda Cabeça da Onça, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 292/21/NUGEO e Laudo Técnico n. 381/21/NUGEO, respectivamente”.

Porto Murtinho/MS, 23 de fevereiro de 2022.

JANAÍNA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça Substituta

SONORA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00002030-1**EDITAL Nº 0007/2022/01PJ/SNR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002030-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90, Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n.º 09.2022.00002030-1

Requerente: Promotoria de Justiça de Sonora/MS

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta, firmado nos autos de Inquérito Civil n. 06.2021.00000712-7, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e VI, da Constituição Federal, artigo 26, inc. I ao VII, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), na Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil) e Resolução nº 005/CPJ/2012.

Sonora/MS, 04 de março de 2022

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça Substituto